



UNIVERSIDADE  
E D U A R D O  
MONDLANE

**Escola de Comunicação e Artes**  
**Departamento de Ciência da Informação**  
**Curso de Licenciatura em Biblioteconomia**  
**Laboral**

**O PAPEL DA BIBLIOTECA NA DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA:  
CASO BIBLIOTECA DO CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA**

**Candidata:** Malaica José Bule

**Supervisor:** Mestre Ranito Zambo Waete

**Maputo, Agosto de 2023**

**Escola de Comunicação e Artes**  
**Departamento de Ciência da Informação**  
**Curso de Licenciatura em Biblioteconomia**

**O PAPEL DA BIBLIOTECA NA DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA:  
CASO BIBLIOTECA DO CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA**

Monografia apresentada no Curso de Biblioteconomia da  
Escola de Comunicação e Artes, como requisito parcial  
para a obtenção do grau de Licenciatura em  
Biblioteconomia.

**Candidata:** Malaica José Bule

**Supervisor:** Mestre Ranito Zambo Waete

**Maputo, Agosto de 2023**

026 BULE, Malaica José

B87p O papel da biblioteca na disseminação da informação jurídica: caso Biblioteca do Centro de Formação Jurídica e Judiciária / Malaica José Bule. Maputo: Escola de Comunicação e Artes, 2023.

50f.; 30cm

Supervisão: Mestre Ranito Zambo Waete

Trabalho de fim do curso – Curso de Licenciatura em Biblioteconomia – Escola de Comunicação e Artes – Universidade Eduardo Mondlane.

1. Biblioteca Jurídica. 2. Biblioteca Especializada. 3. Informação Jurídica. I. WAETE, Ranito Zambo. II. Centro de Formação Jurídica e Judiciária. III. Título

CDU: 026

## DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Malaica José Bule**, declaro por minha honra, que o presente Trabalho de Fim de Curso é da minha autoria, elaborado em conformidade com o Regulamento para obtenção do Grau de Licenciatura em Biblioteconomia vigente na Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane e, sendo resultado do meu esforço pessoal, nunca foi apresentado em nenhuma instituição de ensino para a obtenção de qualquer grau académico, constituindo, por isso, um trabalho original, cujas fontes consultadas para a sua elaboração foram devidamente indicadas.

Maputo, Agosto de 2023

---

**(Malaica José Bule)**

**Escola de Comunicação e Artes**  
**Curso de Licenciatura em Biblioteconomia**

**O PAPEL DA BIBLIOTECA NA DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA:  
CASO BIBLIOTECA DO CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA**

Monografia apresentada no Curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicação e Artes, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciatura em Biblioteconomia.

**Candidata:** Malaica José Bule

**JÚRI**

---

Presidente:

Escola de Comunicação e Artes

---

Supervisor:

Escola de Comunicação e Artes

---

Oponente:

Escola de Comunicação e Artes

**Maputo, Agosto de 2023**

*As bibliotecas guardam a energia que move a imaginação. Elas abrem janelas para o mundo e nos inspiram a explorar e conquistar, e contribuem para melhorar nossa qualidade de vida.*

*Sidney Sheldon (1917-2007)*  
*(Escritor e Produtor Americano)*

*Dedico ao meu pai, José Elias Bule, minha inspiração, que muito tem feito pela minha educação e tem contribuído significativamente na minha vida, para me tornar a pessoa que sou.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por essa oportunidade e por me dar forças e permitir que eu chegasse até aqui.

Ao meu supervisor, Mestre Ranito Zambo Waete, por ter aceitado orientar este trabalho que, com a sua competência, atenção, dedicação, humildade e paciência com a minha dificuldade em escrever, me ajudou na elaboração desse trabalho, pois acreditou na potencialidade do meu tema.

Aos meus pais (Marta Chongola e José Bule) que sempre estiveram comigo neste percurso, por me amarem incondicionalmente e me apoiar em tudo. Pelas noites que eles passaram sem dormir e pelo incentivo e encorajamento para que eu pudesse chegar aqui.

A minha irmã, Marizete Bule, pelo amor que tem por mim, por todos momentos de aprendizado que juntas tivemos, pela paciência, carinho, amizade e companheirismo.

Aos meus amigos Gabriel Samuel, Aleixo Costa e aos demais, que não mencionei pelo apoio, carinho e motivação.

E, por último, não menos importante, a todos que muito, directa ou indirectamente, apoiaram incondicionalmente com amizade, paciência e encorajamento na superação dos obstáculos ocorridos em todo o processo.

A todos, o meu muito obrigado!

**Lista de Tabelas e Gráficos**

Tabela 1: Perfil dos funcionários da Biblioteca do CFJJ.....	24
Gráfico 1: Tempo de Serviço na Biblioteca do CFJJ .....	26
Gráfico 2: Qual é o serviço que mais presta aos usuários? .....	27
Gráfico 3: Canais de comunicação disponível para os usuários na Biblioteca do CFJJ .....	27
Gráfico 4: Dificuldades enfrentadas para atuar na biblioteca CFJJ.....	29

## RESUMO

O presente trabalho visa analisar o papel da Biblioteca do Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) na disseminação da informação jurídica. Com vista a garantir um melhor alcance dos objectivos estabelecidos, optou-se por uma pesquisa descritiva-exploratória e o método qualitativo e quantitativo, por tratar-se de uma pesquisa que tem o ambiente como fonte directa dos dados, mantendo o contacto directo com o ambiente e o objecto de estudo em questão, necessitando de um trabalho intensivo de campo. Foi usado o questionário como instrumento de recolha de dados e foi aplicado a três funcionários da Biblioteca do CFJJ. O estudo contou com aspectos tais como perfil dos funcionários, actuação profissional, competências, habilidades e atitudes. Os resultados foram apresentados e analisados em conjunto, permitindo inferir que os funcionários da Biblioteca do CFJJ reconhecem a importância da aquisição de competência informacional para subsidiar, não só na disseminação da informação jurídica e na orientação a pesquisa aos usuários, bem como no bom desempenho das suas actividades. Contudo, tais acções revelaram-se limitadas, devido às falhas identificadas no perfil destes funcionários, provocado em boa medida pela ausência da capacitação/formação contínua. A conclusão é que, a Biblioteca do CFJJ não desenvolve programas de formação dos seus funcionários para adquirirem habilidades para o uso eficiente dos recursos informacionais, portanto, estes funcionários não estão a contribuir devidamente na disseminação da informação jurídica. Não só, também se concluiu que, tais entraves contribuem para os funcionários da Biblioteca do CFJJ terem “poucas” competências e habilidades para a orientação da pesquisa aos usuários. Entre outras recomendações, sugere-se a promoção de formações e capacitações ligadas a área da Biblioteconomia e áreas afins para que os funcionários adquiram habilidades e competências informacionais para melhor servir ao usuário na disseminação da informação jurídica e na orientação a pesquisa.

**Palavras-chave:** Biblioteca Jurídica. Biblioteca Especializada. Informação Jurídica. Disseminação da Informação Jurídica. Centro de Formação Jurídica e Judiciária.

## **ABSTRACT**

The present work aimed to analyse the role of the Library of the Legal and Judiciary Training Center (CFJJ) in the dissemination of legal information. In order to ensure a better achievement of the established objectives, it was decided to use the descriptive-exploratory research and the qualitative and quantitative method, as it is a research that has the environment as a direct source of data, maintaining direct contact with the environment. And the object of study in question, requiring intensive fieldwork. The questionnaire was used as a data collection tool for three employees of the CFJJ Library. The study included aspects such as employee profile, professional performance, skills, abilities and attitudes. The results were presented and analyzed together, allowing to infer that the CFJJ Library employees recognize the importance of acquiring informational competence to support, not only in the dissemination of legal information and research guidance to users, as well as in the good performance of the your activities. However, such actions proved to be limited, due to the flaws identified in the profile of these employees, largely caused by the lack of training/continuous training. The conclusion is that the CFJJ Library does not develop training programs for its employees to acquire skills for the efficient use of informational resources, therefore, these employees are not properly contributing to the dissemination of legal information. Not only that, it was also concluded that such obstacles contribute to the CFJJ Library's employees having “few” skills and abilities to guide research to users. Among other recommendations, it is suggested the promotion of training and qualifications linked to the area of Librarianship and related areas so that employees acquire skills and information skills to better serve the user in the dissemination of legal information and research guidance.

**Keywords:** Legal Library. Specialized Library. Legal Information. Legal Information. Dissemination of Legal Information. Legal and Judiciary Training Center.

SUMÁRIO	
AGRADECIMENTOS .....	xvi
Lista de Tabelas e Gráficos .....	xvii
SUMÁRIO .....	xx
CAPITULO I: INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Problema de Pesquisa .....	3
1.2. Justificativa .....	4
1.3. Objectivos .....	6
1.3.1. Objectivo Geral.....	6
1.3.2. Objectivos Específicos .....	6
CAPITULO II: QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL .....	7
2.1. Bibliotecas Especializadas .....	9
2.2. Biblioteca jurídica.....	11
2.3. Informação Jurídica .....	12
CAPITULO III: METODOLOGIA.....	19
CAPITULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS .....	22
4.1. Caracterização da Biblioteca de CFJJ.....	22
4.2. Perfil dos Funcionários da Biblioteca do CFJJ.....	24
4.3. Actuação dos Funcionários da Biblioteca do CFJJ.....	26
4.4 Canais de comunicação disponíveis no CFJJ .....	27
4.5 Dificuldades enfrentadas para actuar na Biblioteca do CFJJ.....	28
CAPITULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES .....	30
CAPITULO VI: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	32
APÊNDICE .....	34
ANEXOS .....	38

## **CAPITULO I: INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, a proliferação de fontes de informações jurídicas disponíveis em diversos suportes requer a elaboração de um documento capaz de regulamentar as atribuições na gestão do acervo, por meio das actividades de selecção, aquisição, avaliação de materiais informacionais, sendo um importante instrumento para o gestor formar, desenvolver e organizar a colecção, com a finalidade atender as necessidades informacionais dos usuários das unidades de informação (CORRÊA, 2013).

De acordo com Miranda (2017), as bibliotecas que lidam com a informação jurídica possuem aspectos bem peculiares no gerenciamento de suas actividades, sendo o carácter dinâmico da informação jurídica o que mais influencia nas rotinas.

As bibliotecas canalizadas para o armazenamento da informação jurídica são consideradas um tipo de biblioteca especializada, denominada biblioteca jurídica, a qual geralmente atende a maioria dos órgãos da administração de justiça e tem como seus usuários advogados, juízes, promotores de justiça, desembargadores, procuradores, ministros e outros profissionais da área do Direito.

Todavia, as bibliotecas jurídicas se configuram como unidades de informação especializadas, pois reúne um universo de materiais informacionais destinado a “sanar as lacunas” de informação relacionadas ao Direito e áreas afins, bem como subsidiar a tomada de decisões dos gestores das organizações a que elas se vinculam. Desta forma podemos definir a biblioteca jurídica como “aquela que facilita e divulga o acesso à informação jurídica de forma ágil e eficiente” (FERREIRA; MELO, 2006, p. 3).

Gonçalves; Santos (2009, p. 7) colaboram com esse conceito ao afirmarem que a biblioteca jurídica “[...] torna-se a condutora do conhecimento administrado, em suas vertentes, a produção e sustentação das condições propícias às tomadas de decisão, que são essenciais ao usuário que dela necessita e intenta comunicar algo”.

Para Miranda (2004, p. 139), as bibliotecas jurídicas “[...] objectivam disseminar a informação jurídica, especialmente na esfera de suas instituições mantenedoras, com o intuito de subsidiar as decisões processuais em fluxo, como também auxiliando a todos os juristas no cumprimento da justiça”. Portanto, as bibliotecas jurídicas actuam para subsidiar os órgãos governamentais (Justiça, Tribunais, Ministérios, entre outros) ou escritórios de advocacia na busca por

informações administrativas e jurídicas, com vistas a atender a sua comunidade (magistrados, procuradores, advogados, funcionários de órgãos governamentais e população em geral).

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão de literatura e também por meio da colecta de informações realizada mediante pesquisa bibliográfica na Internet. Assim sendo, a motivação, para a elaboração do trabalho surgiu da necessidade de levantar pontos de discussão, de modo a assessorar os profissionais de informação responsáveis pela gestão do acervo destinado à informação jurídica para adopção de procedimentos adequados à melhor maneira para disseminação desta informação.

Entretanto, para a realização deste trabalho, partimos da seguinte problemática: *Como as unidades de informação, particularmente as bibliotecas jurídicas, disseminam a informação jurídica?* A partir da problemática proposta, tem-se como objectivo compreender como as bibliotecas jurídicas desenvolvem o seu acervo, com vistas a disseminar a informação jurídica. Dessa forma, para atingir o objectivo estabelecido, o trabalho está submetido a uma metodologia qualitativa que busca analisar o papel da Biblioteca do Centro de Formação Jurídica e Judicial (CFJJ), bem como as acções de disseminação de informação são executadas pelos funcionários. A importância maior deste estudo sobre a disseminação da informação jurídica reside no facto de colher evidências que permitam conhecer melhor a realidade das bibliotecas jurídicas em Moçambique.

Desta forma, o estudo visa discutir se o Centro de Formação Jurídica e Judicial (CFJJ) atende de forma satisfatória às necessidades informacionais de seus usuários, através de seus produtos e serviços informacionais. Assim, o objectivo do estudo consistiu em analisar o papel da Biblioteca do CFJJ na disseminação da informação jurídica. Para tal foi necessário: descrever o papel da Biblioteca do CFJJ na disseminação da informação jurídica; identificar as actividades desenvolvidas pela Biblioteca do CFJJ na disseminação da informação jurídica; identificar o perfil dos funcionários na Biblioteca do CFJJ; identificar os diferentes tipos de materiais bibliográficos existentes na Biblioteca do CFJJ.

Portanto, pretende-se, com os resultados obtidos, contribuir para ampliar o campo de estudos desta temática dentro da ciência da informação. Fica a expectativa de que o resultado da pesquisa actue como elemento motivador para novos estudos, além de servir para apoiar os actuais e futuros bibliotecários em suas actividades diárias.

No que refere a estruturação da presente pesquisa, obedece a sequência dos seguintes capítulos: o primeiro capítulo compreende a introdução, justificativa, explanação da pergunta de partida

e os objectivos. O segundo capítulo refere-se ao quadro teórico/ conceptual, apresentando os principais tópicos da temática, procurando contextualizá-la entre os quais, o surgimento e trajetória das bibliotecas jurídicas. O terceiro envolve a metodologia usada para a concretização dos objectivos propostos. O quarto prende-se com a caracterização da Biblioteca do CFJJ, apresentação e análise de dados. O quinto capítulo é em torno das considerações finais. O sexto evidencia as referências bibliográficas. Finalizando, com apresentação dos anexos e os apêndices.

### **1.1. Problema de Pesquisa**

As bibliotecas actualmente são consideradas como centros de informação. Essa visão foi implantada no século XX, pois o contexto que a precedia era de grandes arquitecturas com objectivo de guardar documentos que nem todos tinham acesso, somente alguns nobres, reis, Estado e Igreja, ou seja, quem possuía poder. Mas, com a Revolução Russa no século XX, houve uma mudança na estrutura da sociedade e esse cenário tomou um novo rumo, foi estabelecida uma nova prática de ensino e acesso à informação, criando assim uma política para as bibliotecas que, de fato gerou um grande e rápido desenvolvimento no sector (MILANESI, 1983).

Deste modo, as bibliotecas começaram a possuir uma função educativa e mais tarde, essa função passou a ser de “sistematizar o acesso às informações. Ter dados à disposição, funcionalmente passou a ser uma nova necessidade. A informação tornou-se um bem, acumulável e valorizada” (MILANESI, 1986, p. 22).

As bibliotecas jurídicas estão inseridas na tipologia de biblioteca especializada, visando atender a um grupo específico de usuário no âmbito jurídico. Sobre essas bibliotecas, Batista e Avelar (2012, p.2) dizem que estas podem ser encontradas nos diversos órgãos governamentais, nas faculdades especializadas nas áreas do Direito e muitas se encontram em escritórios de advocacia, como a biblioteca jurídica objecto deste estudo.

Oliveira (2013) argumenta que toda biblioteca jurídica deve organizar a informação com a finalidade de fornecer seu fácil acesso em qualquer formato ou suporte que seja necessário para facilitar de forma ágil e eficiente as informações jurídicas.

A biblioteca especializada jurídica é composta por documentos produzidos na área de Direito, na qual as principais fontes de informação encontradas em seu acervo são: livros, periódicos especializados, trabalhos técnicos e científicos, relatórios, bases de dados, patentes, catálogos

e outras fontes específicas que correspondem aos objectivos da instituição (OLIVEIRA, 2013, p.21).

Este tipo de biblioteca tem como função social os mesmos princípios adoptados na área da ciência do Direito que “é uma parte da ciência social que estuda os preceitos obrigatórios dos indivíduos para com a sociedade” (OLIVEIRA, 2013, p.18). Onde a biblioteca tem a função de disseminar informações confiáveis para a tomada de decisão de seus membros no intuito de subsidiar estratégias e acções jurídicas para atender a sociedade.

Para tanto, por intermédio das reflexões apresentadas, pode-se confirmar que o papel da biblioteca jurídica é difundir o volume de informações existentes em instituições das quais fazem parte, apoiando as decisões nos processos judiciais em curso. Diante destes factos, levanta-se a seguinte questão: *Qual é o papel da Biblioteca do Centro de Formação Jurídica e Judiciária na disseminação da informação jurídica?*

## **1.2. Justificativa**

O nosso interesse pela abordagem em estudo surgiu como razões de natureza pessoal e de natureza científica e devido ao facto de percebermos hoje, existência ainda, de bibliotecas jurídicas que continuam a oferecer serviços pouco satisfatórios a altura das necessidades dos usuários cada vez mais exigentes.

No lado pessoal, justifica-se pelo interesse particular, já que sentimos uma necessidade crescente de aprender mais, sobretudo na área em que fomos formados (Biblioteconomia e Ciência da Informação). Daí a realização de um trabalho que promovesse, no mínimo, uma reflexão pessoal, o que contribuiria de certo modo para a alteração de algumas práticas dos profissionais que possam ajudar os usuários da biblioteca.

Não só, o nosso interesse é também de índole profissional, pois a profissão de um bibliotecário, tem-nos mostrado que há algo mais a ser feito como contributo do que aprendemos durante a nossa formação. Assim, sentimos que um trabalho de investigação nos permitiria aprofundar e alargar horizontes, contribuindo modestamente para um melhor conhecimento de questões relativas aos serviços oferecidos pelas bibliotecas jurídicas e conseqüentemente a satisfação dos seus usuários.

Ao nível científico, a Biblioteconomia e Ciência da Informação actualmente é vista como uma área do conhecimento especializada em pesquisar, desenvolver e utilizar os mais eficazes métodos para tratar a informação, visando à sua futura recuperação e disseminação.

Para que a biblioteca jurídica possa, realmente, garantir seu *status* de “especializada”, os gestores dessa instituição cultural devem realizar um levantamento sobre as necessidades da comunidade a ser atendida através de seus serviços, dando uma especial atenção a todos os usuários, sem nenhum tipo de distinção. Uma maneira eficaz de dar uma atenção é tentar modificar esse modelo de biblioteca especializada, adaptando-a às novas exigências originadas pelo advento das tecnologias de informação e comunicação, fazendo com que a disseminação da informação jurídica possa ser colocada em prática.

Este trabalho se justifica, portanto, na consideração de alguns factores ligados aos serviços oferecidos pela Biblioteca do CFJJ se os mesmos satisfazem ou não os seus usuários. Espera-se, então, que a partir dela, acções pensadas pelos gestores e pelo próprio CFJJ possa contribuir para as melhorias dos serviços, promovendo nesse caso um acesso contínuo e das informações disponíveis nos espaços da Biblioteca.

### **1.3. Objectivos**

#### **1.3.1. Objectivo Geral**

- Analisar o papel da Biblioteca do Centro de Formação Jurídica e Judiciária na disseminação da informação jurídica.

#### **1.3.2. Objectivos Específicos**

- Descrever o papel da Biblioteca do Centro de Formação Jurídica e Judiciária na disseminação da informação jurídica;
- Identificar as actividades desenvolvidas pela Biblioteca do Centro de Formação Jurídica e Judiciária na disseminação da informação jurídica;
- Identificar o perfil dos funcionários na Biblioteca do Centro de Formação Jurídica e Judiciária;
- Identificar os diferentes tipos de material bibliográficos existentes na Biblioteca do Centro de Formação Jurídica e Judiciária.

## **CAPITULO II: QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL**

Para amparar teoricamente este trabalho, elaborou-se uma revisão bibliográfica abordando os temas de fontes de Informação; fontes de Informação na Internet; informação jurídica; fontes de informação jurídica; qualidade da informação na internet; critérios para avaliação de fontes de informação na internet e bibliotecários jurídicos.

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 219), referencial teórico visa “estabelecer uma abordagem dos aspectos que norteiam o assunto estudado, considerando suas características e dados sobre o assunto estudado”.

De fato, as bibliotecas jurídicas, hoje, para atenderem bem o seu usuário, atentam e têm visão holística das possíveis direções para onde rumam ou podem ir suas instituições, as quais estão atreladas e fazem parte. Estes departamentos não mais se restringem ao conteúdo adquirido e mantido estático. Eles investem firmes e tenazmente, apoiados por vasto aparato da tecnologia da informação, no acompanhamento dos acontecimentos diariamente – tanto internos à empresa quanto os externos que o mercado lhes impõe – em velocidade vertiginosa e constante.

A biblioteca jurídica, então, torna-se a condutora do conhecimento administrado, em suas vertentes, a produção e sustentação das condições propícias às tomadas de decisão, que são essenciais ao usuário que dela necessita e intenta comunicar algo. Pontes de Miranda (1999), ao comentar sobre comunicações de conhecimento: “as comunicações de conhecimento ora são elementos essenciais do suporte fático, ora elementos para a sua eficácia quanto àquele que a recebe”. Sob esta acepção, para que o conhecimento surta o efeito desejado, deve ser comunicado com efeito a quem dele deve fazer uso. O ato da comunicação de um conhecimento funciona como agente que transforma o homem, pois a este agrega, adiciona um conhecimento que se sobrepõe e aumenta outro já existente.

De fato, esses departamentos são hoje responsáveis por planejar e estruturar meios pelos quais os mais diversos profissionais – que deles fazem uso e que nesta área atuam – possam acessar com rapidez conteúdos nos mais diversos meios de suporte e das mais dessemelhantes matérias, almejando tomadas de decisão. São as bibliotecas, nos dias atuais, mais que departamentos estratégicos, senão utilizadas como arcabouço para a estrutura da própria inteligência da tomada de decisão. É comum a existência de vastas bibliotecas jurídicas em tribunais, empresas de consultoria e, principalmente, escritórios jurídicos, que desempenham este papel nas pessoas

de seus bibliotecários. Sobre esse aspecto, as técnicas empregadas por tais profissionais são, assim, ditas nas palavras de Gonçalves (2005) e Loureiro (2005):

Trabalhar informações requer do profissional da informação atenção aos princípios estabelecidos pela sociedade em forma de costumes e às normas vigentes emanadas do Estado e dos órgãos de classe no que se referem aos direitos autorais, à ética e aos segredos profissionais. Atenção a estes ditames pelo profissional são essenciais para que seja agregado valor à informação e ao conhecimento trabalhado por ele.

[...] A observação destes princípios direciona a profissão e, por conseguinte, seus profissionais, aos "créditos" (ascensão) que poderão ser conferidos a ambos pelo usuário final ou pelos seus pares traduzidos em confiança pela prestação dos serviços de informação (GONÇALVES, 2005).

O usuário da informação de escritórios jurídicos – o profissional especializado – necessita que o bibliotecário seja detentor, além das técnicas inerentes e consolidadas que sua profissão exige, de vasto aparato tecnológico que possa suportar a informação, de conhecimento específico ou amplo - mesmo que superficial - sobre técnicas de negociações empresariais que sustentem seus métodos de tratamento da informação e a eles agreguem valor, e que atendam ao usuário com respostas rápidas, eficientes, seguras e eficazes.

As bibliotecas necessitam, em curto espaço de tempo, transformar seus quadros de profissionais – que hoje são voltados basicamente ao tratamento da informação em parâmetros biblioteconômicos – em profissionais conhecedores de outros assuntos, com condições de atender mais condizentemente aos anseios da crescente população necessitada de informação resolúvel as suas demandas.

Deve-se, pois, pensar na biblioteca do hoje, apta a receber o bibliotecário do amanhã: um profissional adequado a trabalhar os conteúdos informacionais, agregando a eles o valor que fará a diferença ao serem usados, sobretudo pelas empresas, em ambientes de negócios.

No mundo mercadológico a informação é um bem essencial carregado de valor. Assim sendo, não há negociação sem que o uso da informação seja empregado para sustentá-la; sem que sejam aplicados conhecimento e informação, anteriormente estruturados, que sirvam de alicerce à concretização de fato de uma negociação.

## 2.1. Bibliotecas Especializadas

Na actual sociedade, apontada principalmente pela produção e demanda informacional, a biblioteca especializada possui uma missão relevante por seu papel em fornecer um acervo específico, destinando-o para a área de actuação da instituição a que pertence. De acordo com Miranda (2007b), as bibliotecas especializadas são constituídas por acervo que visa suprir as necessidades da organização na qual se encontram inseridas, apesar de incluir sempre certo número de obras sobre áreas afins ou relacionadas.

As bibliotecas especializadas geralmente pertencem a uma organização onde o seu propósito consiste em atender as necessidades informacionais da comunidade onde ela está inserida. Para Cezarino<sup>1</sup> (1978 apud SILVA, 2018, p. 38) ressalta que as bibliotecas especializadas são “pertencentes a instituições governamentais, particulares ou associações formalmente organizadas com o objetivo de fornecer ao usuário a informação relevante de que ele necessita, em um campo específico de assunto”.

Todavia, Ashworth<sup>2</sup> (1967 apud SILVA, 2018, p. 39) completa tal definição ao afirmar que a biblioteca especializada é “uma biblioteca quase exclusivamente dedicada a publicações sobre um assunto ou sobre um grupo de assuntos em particular. Inclui também colecções de uma espécie particular de documentos”. Oliveira (2005, p. 37) salienta que, “a finalidade das bibliotecas especializadas seria a reunião e organização de conhecimento sobre um só tema ou de grupos temáticos em um campo específico do conhecimento”.

Dessa forma, as bibliotecas especializadas acabam por seleccionar, adquirir, legitimar, organizar, manter, utilizar e disseminar as informações pertinentes para a execução dos trabalhos da organização a qual ela está vinculada.

Dias e Pires (2003) consideram a biblioteca especializada como centro de informação, formado por acervo específico e voltado prioritariamente para o campo do conhecimento, em conformidade com os interesses da organização.

Na concepção de Miranda (2007a), esse tipo de biblioteca tem por objectivo promover o processo de recuperação de informações específicas, buscando, dessa maneira, encontrar todos os caminhos de direcção da informação. Seus objectivos procedem dos objectivos das

---

<sup>1</sup> CEZARINO, M. A. da N. Bibliotecas especializadas, centros de documentação, centros de análise da informação: apenas uma questão de terminologia? *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 218-241. set. 1978.

<sup>2</sup> ASHWORTH, W. *Manual de bibliotecas especializadas e de serviços informativos*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1967.

organizações às quais pertencem; seus usuários geralmente são funcionários, pesquisadores, técnicos, cientistas etc., com o mesmo intuito, instituindo uma clientela especializada e limitada.

A biblioteca especializada é pautada por funções que propiciam o encaminhamento adequado para o êxito de suas actividades e actuação, as quais devem estar em conformidade com as necessidades de sua clientela. Entre as funções mais importantes, Miranda (2007, p. 88) destaca as seguintes: a) Fornecer informação, de forma rápida e eficaz, centrada em uma área do conhecimento, buscando atender às necessidades dos usuários; b) realizar um tratamento exaustivo nos documentos, ampliando os recursos de recuperação da informação; c) disseminar selectivamente a informação; d) proporcionar o acesso a bases de dados especializadas na área de interesse da colecção da biblioteca; e) permitir a recuperação aprofundada de informações sobre assuntos específicos da área.

No que se refere à composição do acervo das bibliotecas especializadas, este possui uma diversidade de suportes informacionais. As publicações periódicas são de primordial relevância, mas constata-se também a existência de relatórios, folhetos, normas, monografias, dissertações, teses, obras de referências especializadas, maquetes, croqui, slides, projectos, fotos, vinil, bases de dados, DVDs, CDs, documentos em Braille e outros materiais publicados em separata, que são armazenados em quantidade significativa, exigindo dos bibliotecários um enorme esforço para a localização e obtenção dos itens desejado.

Segundo Miranda (2017), existem outras características diferenciais das bibliotecas especializadas, nomeadamente, (i) os bibliotecários responsáveis pela biblioteca devem possuir conhecimento na área a que se destina a colecção; (ii) interação e dependência contínua com outras bibliotecas e centros de informação da mesma especialidade; (iii) um alto nível de automação dos serviços, a fim de possibilitar uma melhor recuperação da informação; (iv) os usuários das bibliotecas especializadas são geralmente pertencentes a própria instituição à qual a biblioteca encontra-se subordinada, com necessidades e exigências bastante complexas, daí a importância de se elaborar uma eficaz política de desenvolvimento de colecções.

Com base nessas reflexões, percebe-se que as bibliotecas especializadas actuam como importantes agentes disseminadores dos conhecimentos necessários aos estudos e tomadas de decisão das instituições das quais fazem parte. Estas, por sua vez, se originaram da necessidade informacional dos órgãos governamentais, universidades (bibliotecas sectoriais), escritórios de advocacia ou empresas (industriais ou comerciais), para subsidiarem e respaldarem nas

decisões processuais em fluxo, além de auxiliar todos os juristas na execução da justiça. Para isso, é necessário que as bibliotecas desenvolvam um bom planeamento na formação de suas colecções, visando à satisfação de seu público específico.

## **2.2. Biblioteca jurídica**

As bibliotecas jurídicas são provenientes de órgãos da administração pública dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do sector privado. Para Miranda (2003, p. 139),

[...] as bibliotecas jurídicas devem estar organizadas para atender às necessidades específicas da sua clientela e, para isso, devem possuir um bom planeamento no desenvolvimento de suas colecções, com a finalidade de terem seus acervos sempre adequados. Elas atuam como principal veículo disseminador da informação jurídica, especialmente na esfera de suas instituições mantenedoras, com o intuito de subsidiar as decisões processuais em fluxo, como também de auxiliar os juristas no cumprimento da justiça.

Em se tratando da formação e manutenção do acervo de biblioteca jurídica, a proliferação de fontes de informação jurídicas disponíveis, em diversos suportes, requiere a elaboração de uma política de desenvolvimento de colecções capaz de regular as atribuições na gestão do acervo, por meio das actividades de selecção, aquisição e avaliação de materiais informacionais.

Sendo assim, este documento torna-se um importante instrumento para o gestor formar, desenvolver e organizar a colecção, com a finalidade de atender às necessidades informacionais dos usuários das unidades de informação.

De modo geral, as bibliotecas buscam, cada vez mais, sistematizar seus processos, produtos e serviços para otimizar recursos e demandas existentes quanto ao armazenamento e à disseminação do acervo. Manter as bibliotecas actantes implica um planeamento contínuo de elaboração de metas e objectivos de desenvolvimento, crescimento e desbastamento do acervo, tomando-se por base tanto os objectivos da instituição mantenedora quanto as demandas reais e potenciais de sua clientela (CORRÊA, 2013).

Portanto, as bibliotecas que lidam com a informação jurídica possuem aspectos bem peculiares no gerenciamento de suas actividades, sendo o carácter dinâmico da informação jurídica o que

mais influencia nas rotinas. Tal fato implica alteração no conjunto sistemático do Direito e requiere uma atenção especial por parte do bibliotecário jurídico quanto à formação e ao desenvolvimento do acervo (PINHO; BARBOSA, 2011).

O interesse pela reflexão do tema escolhido surgiu mediante a necessidade de assessorar os bibliotecários jurídicos e membros responsáveis pelas comissões de gestão do acervo, no processo de selecção, aquisição e preservação da colecção.

Partindo dessa questão, a monografia se propõe a apresentar e discutir o panorama do desempenho do profissional da informação dentro da biblioteca jurídica, com base na revisão de literatura, no contexto da disseminação da informação jurídica.

### **2.3. Informação Jurídica**

A importância da informação tem sido enfatizada como principal insumo das organizações. Com o crescimento quantitativo da informação, ocorrido logo após a Revolução Industrial, fenómeno comum a todas as áreas do conhecimento, a produção e a circulação do conhecimento expandiram-se vertiginosamente, tornando fundamental a execução eficiente do planeamento na ampliação e manutenção das colecções de bibliotecas.

Complementando essa linha de pensamento, Rezende (2003, p. 3) afirma que na área jurídica não é diferente: “O Direito relaciona-se com todas as áreas da vida humana, sendo, portanto, de carácter essencialmente interdisciplinar”, e assim a concentração de informações é bastante elevada.

Na área jurídica, como nas demais, tem ocorrido um crescimento do número de documentos publicados nos últimos anos. A produção de informação jurídica alcança grandes proporções com a intensificação da elaboração dos actos normativos, de hierarquia superior e inferior, passando pela jurisprudência e pela doutrina, além da propagação de novas leis, medidas provisórias, decretos etc.

No entendimento de Fullin (2006), a informação, quando empregada sabiamente, colabora como uma ferramenta formadora da consciência crítica do indivíduo, contribuindo na condução da conquista do sucesso intelectual e profissional ou, caso contrário, pode conduzi-lo ao fracasso e à estagnação. Em contrapartida, a informação por si só não tem significado, pois seu conteúdo precisa ser devidamente organizado.

Diante dessas considerações, nota-se, na literatura, que o termo informação assume diversos contextos, entre os quais o da informação jurídica. A literatura especializada no Brasil

apresenta algumas definições, conforme destaca Alonso (1998 *apud* Rezende 2004, p. 175, grifo nosso), que a conceitua sob dois aspectos.

Informação jurídica, sob o aspecto genérico, pode ser conceituada como qualquer dado ou fato, extraído de toda e qualquer forma de conhecimento da área jurídica, obtido por todo e qualquer meio disponibilizado e que pode ser usado, transferido ou comunicado sem a preocupação de estar integrado a um contexto. É um dado ou qualquer elemento identificado em sua forma bruta que por si só não conduz a uma compreensão de determinado fato ou situação. Informação jurídica, sob o aspecto de documentação organizada, é o produto da análise dos dados existentes em toda e qualquer forma de conhecimentos obtidos na área jurídica, devidamente registados, classificados, organizados, relacionados e interpretados dentro de um contexto para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisão de forma otimizada.

A disponibilidade desses dados, devidamente trabalhados, é feita a partir de meios manuais, mecânicos ou magnéticos aos interessados. Assim, na opinião de Passos (1994, p. 363), esse tipo de informação é definido como:

[...] toda unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de jurisconsultos, advogados, legisladores, desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

Para Barros (2004), a informação jurídica é considerada um tipo de informação útil para a promoção da cidadania. Por meio dela, os profissionais do Direito produzem conhecimentos nos quais baseiam suas análises e tomam decisões que regularão a vida em sociedade.

Os meios pelos quais a informação jurídica se manifesta acompanham as mudanças das evoluções tecnológicas, revestindo-se das mais variadas formas, tais como: correio electrónico, periódicos electrónicos, sítios dos tribunais, do ministério público, das assembleias legislativas, das câmaras municipais, por meio de diários oficiais, livros, monografias, comunicação interpessoal, súmulas, colectânea de textos legais, base de dados.

O volume da informação jurídica produzida e consultada tem se expandido aceleradamente, em decorrência das constantes alterações na legislação o que, conseqüentemente altera o conjunto sistemático do Direito que, por sua vez, gera inúmeras jurisprudências. Nessa mesma visão, Wolthers (1985, p. 13) admite que a Ciência Jurídica,

[...] ao contrário de outras ciências, em que as informações se tornam ultrapassadas e obsoletas, quando substituídas por outras mais atuais, o texto jurídico é eterno em nível de consulta, de referência e de precedente e também em nível de aplicação a fatos e situações ocorridas em épocas regidas por institutos legais distintos. Logo, nada pode ser destruído e o armazenamento é constante, contínuo e permanente.

Por outro lado, as alterações na legislação não significam que os textos revogados ficarão obsoletos, pois, como afirma Lopez-Muñiz (1984), a informação jurídica possui validade quase que permanente, interessando ao jurista não apenas a legislação em vigor, mas também as anteriores. Os preceitos revogados poderão ser aplicados aos atos jurídicos que se tenham originado sob a sua vigência, perdurando, pois, além da própria revogação. Portanto, não convém prescindir da intensidade de uso dos documentos jurídicos mais antigos pelo simples fato de esses não serem usados durante certo tempo. Isso não quer dizer que a informação não possua mais nenhuma utilidade ou valor no futuro.

Martinho (2006, p. 91) menciona as características da informação jurídica que a diferenciam dos demais tipos de informação na contemporaneidade, a saber: (a) grandes volumes de informação e rapidez da sua desatualização, face a um constante crescimento e criação de novas fontes (novas leis, novas áreas do Direito, constante produção de doutrinas); (b) grande diversidade de fontes de informação; (c) Proliferação de suportes de informação; (d) interação com outras áreas do conhecimento (filosofia, sociologia, economia, história, informática, política etc.); (e) Público-alvo exigente e diversificado (pluralidade de finalidades da informação pretendida); (f) necessidade de grande rigor e precisão da sua conservação no documento jurídico, qualquer que seja o seu suporte; (g) necessidade de grande rapidez e rigor na sua transmissão, de modo a assegurar a sua correta utilização e aplicação, de acordo com as últimas alterações ocorridas e a garantir a fiabilidade da mensagem transmitida.

Os usuários da informação jurídica são bastante diversificados, pois esse tipo de informação é imprescindível para o exercício e prerrogativa de garantia dos direitos individuais. Todo cidadão depende, frequentemente, dessa informação.

A informação jurídica é originada fundamentalmente por um tripé informacional, distinto: legislação, doutrina e jurisprudência. Legislação é o conjunto normativo que regula a convivência social. A doutrina, por sua vez, é o conjunto de princípios expostos nas obras de Direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a Ciência Jurídica. E a jurisprudência é a sábia interpretação e aplicação das leis a todos os casos concretos que se submetem a julgamento da Justiça, que produz sentenças no primeiro grau, ou acórdãos e súmulas nos Tribunais (MIRANDA, 2004).

Na percepção de Barros (2004, p. 205), a informação jurídica está “contida numa lei, decreto, decisão, artigo doutrinário, portaria etc.” e se constitui em “base essencial” ao ofício dos operadores do Direito. Enfatiza ainda que “a informação jurídica é apresentada sob três formas básicas, a saber: doutrina, legislação e jurisprudência”.

Para Andreta (2004, p. 80), a ciência jurídica “se manifesta por meio de três formas documentais: doutrina, legislação e jurisprudência”. Por sua vez, Pereira (2004, p. 153-159) afirma que “a documentação jurídica pode ser dividida em três partes: legislação, jurisprudência e doutrina”. Ainda nessa mesma direção, Martinez e Guimarães (2008, p. 67) asseveram que, na área jurídica, “três formas documentais podem ser caracterizadas: legislação, doutrina e jurisprudência”.

Em contrapartida, Nascimento e Guimarães (2004, p. 40) destacam que “o documento jurídico ultrapassa sua clássica tríplice divisão em legislação, doutrina e jurisprudência” e mencionam que isso é constatado quando se busca “resgatar o entendimento de documento jurídico na sua construção histórica, funcional e tipológica”.

Nessa trilha, Silva e Rolim (2009, p. 30) averiguaram que, além das fontes tradicionais de informação jurídica (livros, artigos e atos normativos), são organizados outros tipos de documentos, “tais como contratos, petições, relatórios e pareceres técnicos”. Reconhecem, ainda, a “necessidade de se criar uma nova tipologia para a documentação jurídica”, pois “documentos produzidos pelos operadores do Direito – tais como contratos, petições, relatórios, pareceres internos e respostas às consultas dos clientes – não constam na clássica divisão das fontes de informação jurídica”.

São vários os tipos e natureza da informação, ressaltando-se, entre eles, a informação jurídica, cuja literatura especializada dá a conhecer alguns conceitos e definições. Para Alonso (1998 apud Rezende 2004, p.175),

[...] sob o aspecto genérico, pode ser conceituada como qualquer dado ou fato, extraído de toda e qualquer forma de conhecimento da área jurídica, obtido por todo e qualquer meio disponibilizado e que pode ser usado, transferido ou comunicado sem a preocupação de estar integrado a um contexto. É um dado ou qualquer elemento identificado em sua forma bruta que por si só não conduz a uma compreensão de determinado fato ou situação.

Informação jurídica, sob o aspecto de documentação organizada, é o produto da análise dos dados existentes em toda e qualquer forma de conhecimentos obtidos na área jurídica, devidamente registrados, classificados, organizados, relacionados e interpretados dentro de um contexto para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisão de forma otimizada. A disponibilização desses dados, devidamente trabalhados, é feita através de meios manuais/mecânicos/magnéticos aos interessados.

A informação jurídica é evidenciada em um esquema informacional triangular composto por: legislação, jurisprudência e doutrina, assim como menciona Passos (1994) comentando que a informação jurídica é gerada, registrada e recuperada, em três formas distintas: a normativa (legislação), a interpretativa (jurisprudência) e a descritiva (doutrina).

Conceitualmente esse tripé informacional é definido da seguinte forma:

Legislação é o conjunto de leis e atos normativos emanados de autoridades competentes, hierarquizada da seguinte forma: Constituição, Emendas Constitucionais, Lei Complementar, Lei Delegada, Lei ordinária, Medida Provisória, Decreto, Decreto Legislativo,

Decreto Reservado, Decreto sem número, Resolução, Portaria, Código, Consolidação, Estatuto, Regulamento, Regimento, Ordem de Serviço, Circular, Despacho e Deliberação.

Náufel (1988) conceitua legislação como "conjunto de normas jurídicas de caráter coercitivo sobre determinada matéria. Totalidade das leis de um Estado ou de determinado ramo de direito".

Uma característica que diferencia a informação jurídica das outras é o seu aspecto de longevidade, haja vista que na contemporaneidade elas são processadas de um modo muito rápido.

“A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável” (MC GARRY, 1999, p.11).

Martinho (2006, p. 91) caracteriza a informação jurídica a partir dos seguintes itens:

- ❖ Grandes volumes de informação e rapidez da sua desatualização, face a um constante crescimento e criação de novas fontes (novas leis, novas áreas do Direito, constante produção de doutrinas);
- ❖ Grande diversidade de fontes de informação;
- ❖ Proliferação de suportes de informação (bases de dados, CD-ROMs, WWW);
- ❖ Interação com outras áreas do conhecimento (filosofia, sociologia, economia, história, informática, política, etc.);
- ❖ Público-alvo exigente e diversificado (pluralidade de finalidades da informação pretendida);
- ❖ Necessidade de grande rigor e precisão da sua conservação no documento jurídico, qualquer que seja o seu suporte;
- ❖ Necessidade de grande rapidez e rigor na sua transmissão, de modo a assegurar a sua correta utilização e aplicação, de acordo com as últimas alterações ocorridas e garantir a fiabilidade da mensagem transmitida.

Diante desse cenário, testifica-se, na literatura da informação jurídica, quase um consenso em relação à tríplice divisão da documentação, realizada com base nas fontes do Direito: legislação, jurisprudência e doutrina. Guimarães (1993) menciona, ainda, como documentos legislativos: a resolução, a portaria, a circular e a ordem de serviço. O autor explica que a informação legislativa possui forma específica e estrutura interna preestabelecida; de maneira oposta da informação doutrinária, que, por sua vez, não possui regras rígidas de apresentação, sendo produzida, em grande maioria, sob a forma dissertativa e monográfica.

Já Machado (2000), chama a atenção no tocante à legislação e à jurisprudência. Sua recuperação inadequada ou incompleta tanto gera insatisfação aos seus usuários como pode causar danos, especialmente aos juristas. Quanto à doutrina, não se exige uma recuperação exaustiva, mas, no mínimo, razoável; o que igualmente demonstra em grande volume de informações que, mesmo em parte, necessita de actualização.

As bibliotecas voltadas para o armazenamento da informação jurídica são consideradas um tipo de biblioteca especializada, denominada biblioteca jurídica, a qual geralmente atende à maioria dos órgãos da administração pública e tem como usuários advogados, juízes, promotores de justiça, desembargadores, procuradores, ministros e outros profissionais da área do Direito. Sendo assim, as bibliotecas jurídicas atuam “como principal veículo disseminador da informação jurídica” (MIRANDA, 2004, p. 139).

### **CAPITULO III: METODOLOGIA**

A metodologia é uma ferramenta de busca para identificação dos problemas e destruição de erros, mostrando-nos como podemos detectar e eliminar o erro, criticando as teorias e opiniões alheias e, ao mesmo tempo, as nossas próprias (MARCONI; LAKATOS, 1991, p. 66).

A pesquisa pode ser definida como “o procedimento racional e sistemático que tem como objectivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. É desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos” (GIL, 1991, p. 19).

O campo de pesquisa será a Biblioteca do Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ). Pretende-se conhecer a biblioteca quanto aos seus serviços, o perfil dos funcionários que actuam nessa Biblioteca, actividades desenvolvidas e barreiras enfrentadas por esses profissionais de informação.

A pesquisa realizada é do tipo descritiva-exploratória, com abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva-exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista o tornar mais explícito ou a construir hipóteses. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem, (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências com o problema pesquisado; (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso (GIL, 1999).

Com relação à abordagem qualitativa, Marconi; Lakatos (2009, p. 269) explicam que “a pesquisa qualitativa se preocupa em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, dentre outros”. Foi utilizada a pesquisa qualitativa, neste estudo, para maior compreensão das informações que foram obtidas através do questionário e através da observação directa no ambiente da Biblioteca do CFJJ.

Também recorreremos da pesquisa bibliográfica pertinente para a fundamentação e o tratamento analítico do corpus do estudo. A bibliografia estudada circunscreve-se principalmente nos campos da Biblioteconomia e Ciências da Informação. Os textos seleccionados são trabalhos científicos, como artigos de periódicos, teses, dissertações e livros, dos tópicos relacionados à biblioteca especializada e jurídica, informação jurídica e sua disseminação, cujas temáticas incidem, directa ou indirectamente, sobre o tema proposto, norteando os elementos do referencial teórico desenvolvido.

Método quantitativo é uma abordagem de pesquisa que se baseia na quantificação dos dados e na análise estatística. Envolve colectas de informações numéricas e a aplicação de técnicas estatísticas para descrever e interpretar fenômenos, além de buscar relações de causa e efeito entre variáveis (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 91).

No método quantitativo para estudar o papel da biblioteca na disseminação de informação jurídica, foi importante colectar dados numéricos objectivos, como analisar o número de livros jurídicos disponíveis no acervo da biblioteca, o número de utentes, a frequência com que esses livros foram emprestados, a quantidade de acessos a base de dados jurídicas, disponíveis na biblioteca, e até o número de participantes em eventos ou palestras relacionados ao tema jurídico promovidos pela Biblioteca.

Os instrumentos de recolha de dados são as ferramentas que permitem a colecta, o levantamento de dados e a produção da informação. Eles garantem a credibilidade dos resultados alcançados nas pesquisas. Assim, foram instrumentos desta pesquisa, o questionário, a entrevista e a observação.

Assim, o instrumento utilizado para a colecta de dados foi o questionário, pois favoreceu a colecta de dados quantitativos e qualitativos. Marconi; Lakatos (1991, p. 201) conceitua o questionário como: “[...] um instrumento de colecta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Cunha (1982) apresenta algumas vantagens dessa metodologia, tais como: rapidez, baixo custo, atinge uma grande parcela da população, oferece maior grau de liberdade e de tempo.

A população-alvo deste estudo foram os funcionários da Biblioteca do CFJJ, onde foi aplicado um questionário, com o objectivo de identificar o seu perfil, as actividades desenvolvidas, as dificuldades enfrentadas e analisar o papel da Biblioteca na disseminação da informação jurídica. A amostra utilizada foi a não probabilística, para proporcionar a possibilidade de extrair elementos totalmente aleatórios e não específicos. A amostra foi constituída por três funcionários da Biblioteca.

A entrevista é uma das técnicas de colecta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de

esforço de tempo. Portanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os funcionários (ROSA; ARNOLDI<sup>3</sup>, 2006, p. 17).

Assim, com base na entrevista (a responsável da Biblioteca do CFJJ), o estudo buscou fazer o levantamento de informações referentes ao funcionamento da Biblioteca, e por outro lado, saber quais os desafios e constrangimentos enfrentados pela Biblioteca no que concerne ao atendimento e disseminação de informação jurídica. Ainda com a técnica de entrevista, foi feito o levantamento de informações em relação aos serviços prestados pela Biblioteca, cujo principal objectivo foi obter a sua avaliação, isto é, saber até que ponto a Biblioteca responde as necessidades informacionais de seus usuários.

Já a observação implica em colectar os dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na atenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos e/ou fenómeno que se deseja estudar (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 90). Deste modo, a técnica de observação serviu para colectar informações que não foram possíveis obter através do questionário e da entrevista, onde foi possível observar, por exemplo, a falta de sinalização do acervo, assim como a falta de mobiliário, de matérias informacionais e equipamentos adequados para os usuários em geral e particular para usuários com necessidades educativas especiais.

---

<sup>3</sup> ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para a validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

## **CAPITULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS**

### **4.1. Caracterização da Biblioteca de CFJJ**

O Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), criado pelo Decreto nº 34/97, de 21 de Outubro (vide anexo 1), revogado pelo Decreto nº 55/2021, de 30 de Julho (vide anexo 2), tem por objectivo, assegurar a formação, capacitação e qualificação de diversos profissionais da justiça, nomeadamente, de Magistrados Judiciais e do Ministério Público, Conservadores, Notários, Assistentes Jurídicos e outros quadros do sector, assumindo, por conseguinte, um importante papel no que tange ao desenvolvimento de recursos humanos qualificados para servirem às instituições do Sistema de Administração da Justiça no país.

Desta forma, o CFJJ pretende contribuir para o reforço das capacidades dos magistrados judiciais, no domínio e interpretação da legislação vigente em matérias de natureza comercial, para uma melhor actuação em sede destas matérias, assegurando, por conseguinte, o incremento da celeridade processual, qualidade das decisões, acesso à justiça e eficiência do tribunal.

O CFJJ é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, que goza de autonomia científica, pedagógica, disciplinar, administrativa e patrimonial.

O CFJJ tem como objecto a formação profissional, que abrange a formação inicial, respectivos processos e procedimentos de admissão no âmbito do recrutamento e selecção dos candidatos aos cursos para o ingresso nas diversas carreiras do Sector de Administração da Justiça, bem como a formação contínua, nos termos a regulamentar.

O CFJJ é tutelado, sectorialmente, pelo Ministro que superintende a área da justiça e, financeiramente, pelo Ministro que superintende a área das finanças. Sucintamente, são atribuições do CFJJ, (a) organização de processos e procedimentos de admissão para o recrutamento e selecção dos candidatos aos cursos de formação inicial para ingresso nas carreiras do Sector de Administração da Justiça; (b) garantia da realização de cursos de ingresso nas carreiras das magistraturas do Sector de Administração da Justiça; (c) desenvolvimento, em colaboração com as instituições do Sector de Administração da Justiça e associações profissionais, de um sistema integral e contínuo de formação e capacitação nas respectivas áreas; (d) realização, através de protocolos, de acções de formação destinadas aos advogados e candidatos à advocacia; (e) realização, através de protocolos, de acções de formação inicial e contínuas destinadas aos agentes de investigação criminal; (f) realização, através de protocolos, de acções de formação destinadas aos membros dos tribunais comunitários, autoridades

comunitárias ou de associações cívicas que tenham por objecto a resolução extrajudicial de litígios ou a defesa e promoção dos direitos humanos ou outros interessados; (g) organização do Centro de Documentação e Informação Jurídica e Judiciária nacional e estrangeira.

Compete ao CFJJ desenvolver acções no âmbito da formação profissional, do estudo e investigação jurídica e judiciária e da documentação, informação, comunicação e cultura, bem como participar na educação legal do cidadão.

Estruturalmente, o CFJJ é constituído por varias unidades orgânicas (ou direcções), entre elas a Direcção de Documentação, Informação e Cultura (DDIC). A DDIC é um serviço de apoio à Direcção Geral responsável por garantir a publicação de obras especializadas de direito, direito comparado e administração da justiça em diversos formatos; assegurar a organização do Centro de Documentação e Informação Jurídica e Judiciária nacional e estrangeira; promover a comunicação e imagem institucional e gerir as tecnologias de informação e comunicação institucionais que sirvam de suporte para a formação e a comunicação interna e externa.

Em termos de organização interna a DDIC compreende o Centro de Documentação e Informação Jurídica e Judiciária (CENDIJJ) constituído por seguintes departamentos: (1) Departamento de Biblioteca e Informação; (2) Departamento de Edições, Comunicação e Imagem; (3) Departamento de Tecnologias de Informação e Comunicação.

São funções da DDIC: (a) desenvolver estruturas tecnológicas para cursos ministrados pelo CFJJ; (b) dar assistência e fazer a manutenção das estruturas tecnológicas para cursos ministrados pelo CFJJ e suas actividades técnico-administrativas; (c) elaborar e actualizar o Regulamento do CENDIJJ e o Regulamento Geral das unidades de informação de nível central, regional (zonas Centro e Norte do país) e provincial; (d) efectuar recolha, guarda, tratamento e disseminação de documentos administrativos, de informação e conhecimentos técnico-jurídicos, sobre a realidade sócio-cultural e sobre a justiça; (e) produzir, publicar e distribuir manuais e guiões de direitos, leis comentadas e anotadas, revistas e outras publicações seriadas, colectânea de legislação, compilações de jurisprudência, brochuras e outro material bibliográfico especializado; (f) planificar e desenvolver uma estratégia integrada de comunicação e imagem que garanta a divulgação dos factos mais relevantes da vida do CFJJ e de tudo quanto possa contribuir para o melhor conhecimento da instituição pela sociedade moçambicana; (g) representar o CFJJ em associações e consórcios de bibliotecas, arquivos, museus, Centros de documentação, editoras e outras entidades viradas para a produção e acesso

aos recursos informacionais; (h) aprovar os planos e relatórios de actividades dos departamentos; (i) exercer as demais funções que lhe forem atribuídas superiormente.

O Departamento de Biblioteca e Informação – foco do nosso estudo – integra o CENDIJJ e subdivide-se em quatro Repartições, nomeadamente, (1) Repartição de Tratamento Técnico; (2) Repartição de Conteúdos Digitais; (3) Repartição de Referência e Atendimento; (4) Repartição Arquivos.

Tendo em conta o propósito do presente trabalho, *analisar o papel da Biblioteca de CFJJ na disseminação da informação jurídica*, compete ao sector de referência cumprir este propósito. Cabe a Repartição de Referência e Atendimento, (a) coordenar e executar o atendimento e orientar o público interno e externo no acesso e uso do acervo, das informações e recursos informacionais e dos produtos e serviços oferecidos; (b) organizar e o promover treinamento dos usuários para acesso e uso dos produtos e serviços prestados; (c) planificar, coordenar e executar a guarda, a organização e circulação dos acervos e colecções, conforme critérios e directrizes específicas para o efeito; (d) proceder a disseminação selectiva de informações de carácter técnico, operacional, gerencial, estratégico e político, de acordo com os diferentes perfis de usuários; (e) atender os pedidos de pesquisa sob demanda, conforme critério e directrizes definidas para o efeito; (f) organizar e manter cadastro de utentes por perfil, de acordo com os temas de interesse; (g) exercer as demais funções que lhe forem atribuídas superiormente.

#### **4.2. Perfil dos Funcionários da Biblioteca do CFJJ**

Após a recolha de dados no CFJJ, cujos procedimentos foram acima citados, segue-se a fase de interpretação dos dados, na qual a ferramenta usada para análise e construção dos gráficos foi o Excel. Foi aplicado um questionário, do qual foram colhidas as informações e que se divide em 3 etapas: (i) Perfil dos profissionais de informação; (ii) contribuição da competência informacional; e (iii) depoimento do funcionário.

***Tabela 1: Perfil dos funcionários da Biblioteca do CFJJ***

<b>Identificação</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
<i>Sexo</i>		
Feminino	2	67
Masculino	1	33
<i>Habilitações Literárias</i>		

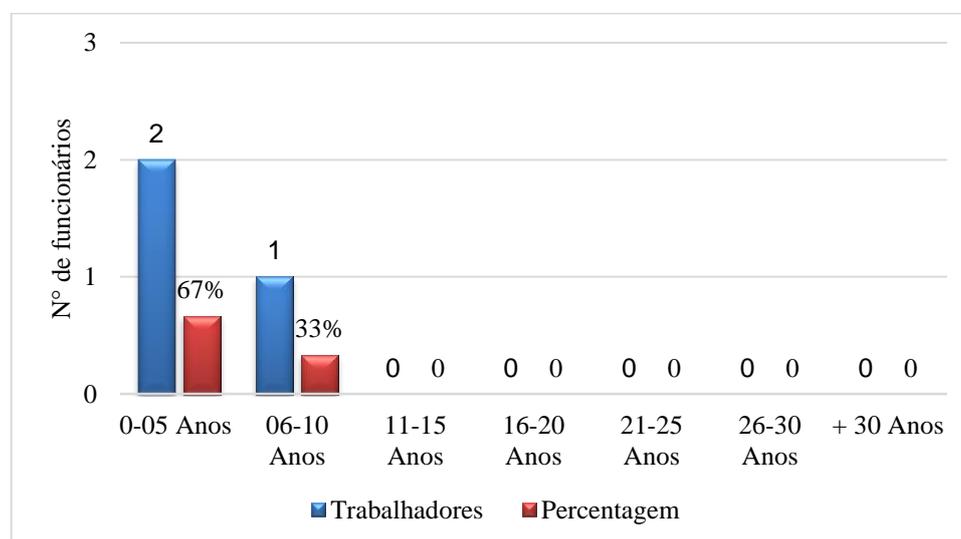
Ensino Primário	0	00
Ensino Secundário	1	33
Ensino Médio Profissional		
Licenciatura	2	67
Mestrado		
Doutoramento		
<i>Categoria Profissional</i>		
Assistente Administrativo	0	00
Técnico Superior Administração	0	00
Bibliotecário	3	100
Documentalista	0	00
Técnico Administrativo	0	00
<i>Área de Formação</i>		
Biblioteconomia	1	33
Arquivística	0	00
Ciência de Informação	0	00
Ciências Documentais	0	00
Outra	2	67
<i>Sector de Trabalho</i>		
Sector de Tratamento Técnico	3	100
Sector de Atendimento ao Usuário (Referência)	3	100
Sector de Administração e Finanças	0	00
Sector de Informática e Tecnologia	0	00
Outro	0	00
<i>Tempo de Serviço na Biblioteca</i>		
0-5	2	67
6-10	1	33
11-15	0	00
16-20	0	00
21-25	0	00
+30	0	00
<i>Forma de Ingresso</i>		

Concurso	1	33
Transferência	1	33
Mobilidade	0	00
Outro	1	33

Em relação a faixa etária dos 18-25 anos, 25-30 anos não tivemos nenhum respondente. Na faixa etária dos 31-35 tivemos um respondente e do sexo masculino, dos 36-40 anos não tivemos nenhum respondente, na faixa etária dos 41-45 anos tivemos um respondente e do sexo feminino, na faixa etária dos 46-50 anos tivemos um respondente e do sexo feminino e na faixa etária dos +50 anos não tivemos nenhum respondente. Com isso, constatou-se que a Biblioteca do CFJJ é majoritariamente composta por mulheres, com 67% e homem composto por 33%.

Quanto a formação dos funcionários do CFJJ, constatou-se que predomina o nível superior com cerca de 67% e, por último, o nível médio geral com 33%, que são provenientes de áreas do saber tais como: Biblioteconomia e História.

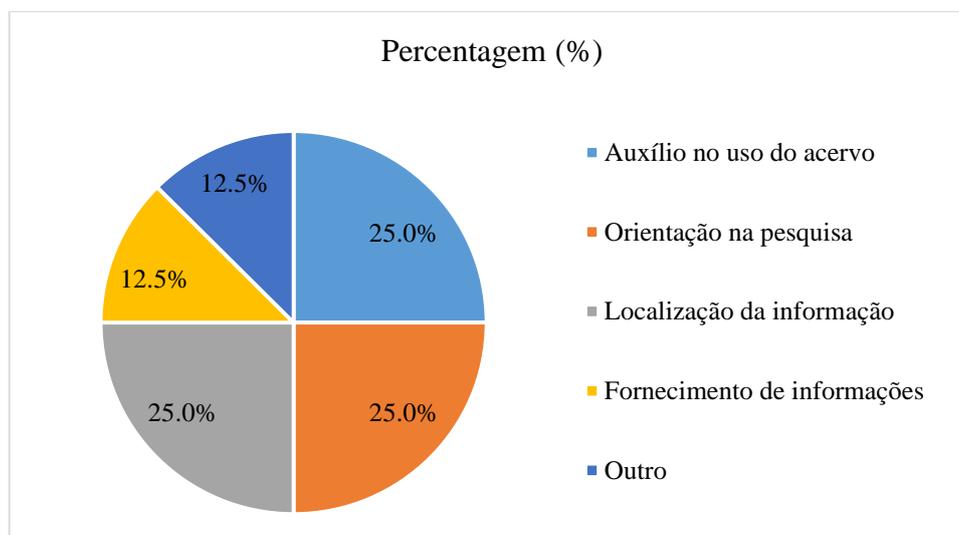
**Gráfico 1: Tempo de Serviço na Biblioteca do CFJJ**



Quanto ao tempo de serviço, verificou-se que os funcionários da Biblioteca do CFJJ, do total de 3 funcionários, dois estão distribuídos no intervalo de 0-05 anos com uma percentagem de 67%, e um funcionário no intervalo de 06-10 anos com uma percentagem de 33%.

#### **4.3. Actuação dos Funcionários da Biblioteca do CFJJ**

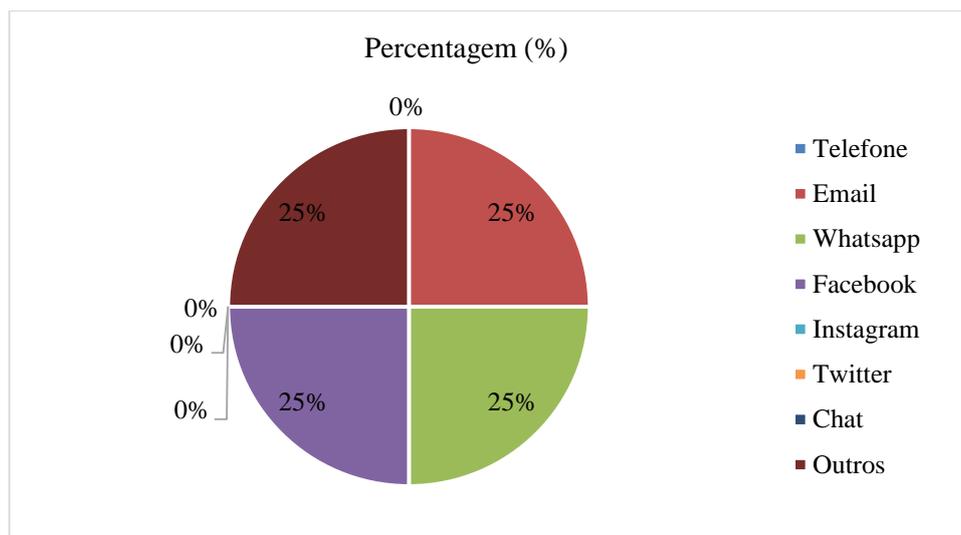
**Gráfico 2:** Qual é o serviço que mais presta aos usuários ?



O gráfico acima está relacionado com o nosso segundo objectivo específico, que é identificar as actividades desenvolvidas pelos funcionários de informação para a disseminação da informação jurídica, que de acordo com Miranda (2017), as bibliotecas que lidam com a informação jurídica possuem aspectos bem peculiares no gerenciamento de suas actividades, sendo o carácter dinâmico da informação jurídica o que mais influencia nas rotinas. Os dados revelaram que das actividades desenvolvidas pelos profissionais da informação 25% auxiliam no uso do acervo; 25% orientam na pesquisa; 25% localização da informação; 12,5% no fornecimento de informações; e 12,5% em outras actividades. Constatou-se ainda, que os funcionários estão preocupados com a educação e o empoderamento dos usuários e que não estão somente centrados naquelas que são as actividades tradicionais da profissão. Tratando-se de uma biblioteca especializada, é importante que o profissional eduque o usuário a localizar o material nas estantes ou base de dados, sendo que 67% dos funcionários apontou que a maior dificuldade dos usuários é a localização do material e que para suprir essa dificuldade, tem realizado visitas orientadas.

#### 4.4 Canais de comunicação disponíveis no CFJJ

**Gráfico 3:** Canais de comunicação disponível para os usuários na Biblioteca do CFJJ



A informação jurídica tem se manifestado em diversos meios, acompanhando aquelas que são as mudanças e demandas tecnológicas da sociedade actual. As fontes de informação jurídicas exercem um papel importante no desempenho das actividades competentes do profissional de Direito. Para fins documentais, os sistemas de informação, bases de dados, Sites e portais eletrônicos contribuem como ferramentas indispensáveis para auxiliar na busca e recuperação dos assuntos jurídicos (BARROS, 2004).

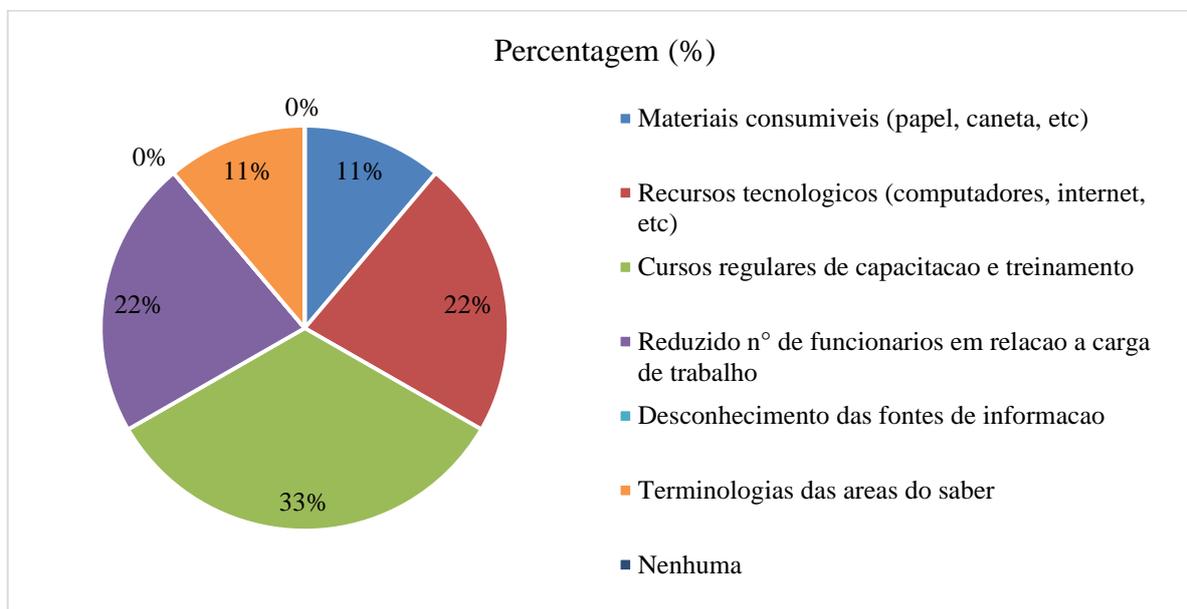
Na Biblioteca do CFJJ foram encontrados canais de comunicação nos seguintes moldes 25% E-mail; 25% WhatsApp; 25% Facebook; outros 25%; e os restantes meios de comunicação como o Instagram, Chat, Twitter e Telefone correspondem á 0% de uso nessa instituição, mostrando assim, que a Biblioteca do CFJJ tem se apoderado das ferramentas tecnológicas existentes, como meio de disseminação da informação jurídica. Para uma maior divulgação dos serviços prestados pela biblioteca, apostar mais no uso das plataformas existentes é desse modo potencializar e expandir aquela que é a difusão dos seus serviços. Para Wolthers (*apud* REZENDE, 2000) o segredo está em recuperar a informação, e não a guardar. “o desafio é criar sistemas de consultas que levem o usuário ao documento procurado”, complementa.

#### 4.5 Dificuldades enfrentadas para actuar na Biblioteca do CFJJ

Por se tratar de uma biblioteca especializada, o profissional de informação tem tido dificuldades para actuar nesse campo, por falta de conhecimentos da área na qual irá desenvolver suas actividades. A falta de recursos tecnológicos tem dificultado a actuação do profissional, visto que acompanhar o desenvolvimento tecnológico é uma necessidade desta era, pois possibilita que a informação seja melhor conservada em base de dados e que haja

maior alcance dos usuários. Como forma de se manter actualizados sobre a sua área de actuação, os profissionais têm participado de capacitações e alguns eventos.

**Gráfico 4:** *Dificuldades enfrentadas para actuar na Biblioteca do CFJJ*



Devido a escassez dos recursos financeiros nas instituições, um dos entrevistados afirmou que uma das principais barreiras para o uso dos serviços oferecidos pela biblioteca é “a falta de alguns manuais actualizados, a oscilação da Internet e a falta de pessoal capacitado para dar andamento as actividades” e como forma de melhoria naquelas que são as actividades desenvolvidas, aponta para que “se melhore a parte técnica das actividades e disponibilidade de material para o processamento”. Contudo, por meio de conversa e observação, foi possível constatar que a biblioteca necessita de um maior número de funcionários para atender aquela que é a demanda dos usuários, um atendimento personalizado de acordo com as necessidades de cada usuário, melhoria na gestão electrónica dos documentos e mais de um computador, para permitir um maior acesso a base de dados.

## **CAPITULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES**

O trabalho surge da motivação de analisar o papel da biblioteca na disseminação da informação jurídica. Muitas são as barreiras a serem enfrentadas ao se comentar a intensidade com, que se renova a informação jurídica e é imprescindível ao bibliotecário jurídico se manter actualizado na busca pelo contínuo acompanhamento das mais recentes mudanças na legislação, evitando, dessa forma, a aquisição de publicações já ultrapassadas, bem como o fornecimento de informações em desacordo com a legislação em vigor.

Diante de tais constatações, pode-se admitir que o papel da biblioteca jurídica seja difundir a informação jurídica, principalmente no âmbito das instituições das quais fazem parte, com o intuito de amparar as decisões nos processos judiciais em curso. Desse modo, auxilia os juristas na aplicação da justiça, levando-lhes o Direito em seu estado bruto para que possa ser lapidado, através das regras de interpretação, achando, ao final, a norma a ser aplicada na solução do caso, contribuindo para pacificação da sociedade. Assim, a qualidade na gestão documental está voltada para a aplicação de uma política de desenvolvimento de colecções, condicionada à flexibilidade para alterar ou ajustar o material jurídico disponível sempre que for comprovado que a biblioteca não esteja atendendo às reais necessidades dos seus usuários, procurando, dessa maneira, as ajustar às atuais demandas informacionais.

Em relação ao perfil dos profissionais do CFJJ constata-se, que estão minimamente capacitados para a gestão dos serviços informacionais naquela unidade de informação jurídica, mas ainda tem muitos desafios por superar em termos de domínio sobre: recursos tecnológicos; terminologias das áreas do saber.

Constatou-se ainda que os profissionais mais desenvolvem actividades técnicas da profissão tais como: registo, catalogação, classificação, auxílio no uso do acervo, orientação na pesquisa, localização da informação e fornecimento de informações. Durante esse período de interação com os entrevistados, mostraram-se abertos e disponíveis a frequentar cursos regulares de capacitação e treinamento.

Notou-se ainda a existência da necessidade de educação e treinamento dos profissionais da informação, para melhor enfrentarem os desafios e barreiras que a profissão demanda, sobretudo dos profissionais que trabalham em bibliotecas especializadas, pois requiere domínio das fontes de informação. Nesta era de explosão digital, é importante que os profissionais sejam pró-activos no desenvolvimento de suas actividades e competências e que acompanhem as dinâmicas actuais de trabalho.

Contudo espera-se que o profissional tome uma nova postura para o desenvolvimento de competências e, desse modo, contribuir para a área de biblioteconomia. E em conformidade com os objectivos que se pretendiam alcançar com este trabalho e os problemas identificados durante a pesquisa no campo, recomendamos:

1. Criar uma infra-estrutura tecnológica (uma base de dados para melhor armazenamento e disponibilização da informação);
2. Cursos regulares de capacitação e treinamento, porque servem para adquirir conhecimentos, habilidades e competências que agregam não somente ao funcionário, como também a instituição. Permitem que os profissionais se sintam mais preparados para enfrentar os desafios e gerir as dificuldades e, conseqüentemente, sintam-se mais motivados no desempenho de suas funções;
3. O CFJJ deve contratar mais profissionais para uma melhor divisão das tarefas, como forma de diminuir a carga de trabalho e assim um maior desempenho dos mesmos.

## CAPITULO VI: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHWORTH, W. **Manual de bibliotecas especializadas e serviços informatizados**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

BARROS, L. Fontes de informação jurídica. In: PASSOS, E. (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 201- 225.

CAMPOS, C. O. D. de; SILVA, E. Q. da; PINTO, M. D. de S. A satisfação de usuários da informação jurídica: estudo na biblioteca da OAB/SC. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 200-217, jul. 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2366>. Acesso em: 12 dez. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDERNDERG, M.A **arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GONÇALVES, M. R.; SANTOS, V. S. A biblioteca jurídica como fonte de conhecimento decisório. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 4-11, set. 2009. Disponível em: <http://revista.crb8.org.br>.

GUIMARÃES, J. A. C. Formas da Informação jurídica: uma contribuição para a sua abordagem temática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p.41-54, jan./jun. 1993.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LOUREIRO, R. C. C. A especialidade do bibliotecário jurídico: bases para uma interação com o usuário operador do direito. **Infolegis**, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32485-39397-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

MACIEL, A., MENDONÇA, M. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

MILANESI, L. **Biblioteca**. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.

MIRANDA, A. C. C. de. Biblioteca jurídica: uma reflexão acerca da gestão do acervo. **Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, p. 41-55, jan./jun., 2017.

MIRANDA, A. C. C. de. Informação jurídica: gestão do acervo. **RDBCI: Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 171-193, jan./abr. 2018.

MIRANDA, A. C. C. de; AMORE, T. M. de A.; PINTO, V. B. Gestão documental da informação jurídica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 96-110, jul./set. 2013.

MIRANDA, A. C. C. de; ÂNGELO, M. D. Satisfação de usuários da informação jurídica: estudo na Biblioteca da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul./dez. 2020.

MIRANDA, A. C. C. de; MIRANDA, E. S. de. Fontes de informação jurídica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 22, n. 50, p. 76-90, set./dez. 2017.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Thompson Pioneira, 1999.

PASSOS, E. (Org.). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/editora>. Acessado em: 20 Jan. 2018.

REZENDE, A. P. de. Centro de informação jurídica eletrônico e virtual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 51-60, jan./abr. 2000.

SILVA, A. G. **Fontes de informação jurídica**: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

SILVA, J. de L. o desenvolvimento do acervo em biblioteca jurídica: um relato de experiência da Biblioteca Dr. Gilberto de Oliveira Lomônaco da Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 307-321, abr./jul. 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**APÊNDICE****Questionário dirigido aos funcionários da Biblioteca do Centro de Formação Jurídica e Judicial**

O presente questionário tem como objectivo recolher dados para a realização de trabalho do fim do Curso de Licenciatura em Biblioteconomia, na Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane. Portanto, o questionário destina-se aos funcionários da Biblioteca do Centro de Formação Jurídica e Judicial. Em hipótese alguma, dados que permitam identificar o respondente serão divulgados. Estes dados serão utilizados apenas para evitar duplicidade e utilizados, exclusivamente, para fins de investigação académica e científica. Agradece-se, desde já, a sua colaboração.

Itens	Opções			
<b>I. Identificação</b>				
1. Nome (Opcional)				
2. Sexo	<input type="checkbox"/> Masculino		<input type="checkbox"/> Feminino	
3. Faixa etária (anos).	<input type="checkbox"/> 18-25 <input type="checkbox"/> 25-30	<input type="checkbox"/> 31-35 <input type="checkbox"/> 36-40	<input type="checkbox"/> 41-45 <input type="checkbox"/> 46-50	<input type="checkbox"/> +50
4. Habilitações literárias.	<input type="checkbox"/> Ensino Primário <input type="checkbox"/> Ensino Secundário <input type="checkbox"/> Médio Profissional <input type="checkbox"/> Licenciatura <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutoramento <input type="checkbox"/> ( ) Outra. Qual? _____			
5. Indique a sua categoria profissional. (escolha apenas uma opção)	<input type="checkbox"/> Assistente Administrativo <input type="checkbox"/> Técnico Administrativo <input type="checkbox"/> Técnico Superior Administração <input type="checkbox"/> Documentalista <input type="checkbox"/> Bibliotecário <input type="checkbox"/> Arquivista			

	( ) _____	Outra.	Qual?
6. Indique a sua área de formação profissional.	( ) Biblioteconomia ( ) Arquivística ( ) Ciência de Informação ( ) Ciências Documentais ( ) História ( ) _____	Outra.	Qual?
7. Em que sector do CFJJ trabalha?	( ) Sector de Atendimento ao Usuário (Referência) ( ) Sector de Tratamento Técnico ( ) Sector de Administração e Finanças ( ) Sector de Informática e Tecnologia ( ) Outro. Qual? _____		
<b>II. Actuação profissional, competências, habilidades e atitudes</b>			
8. Tempo de serviço no CFJJ (anos).	( ) 0-5 ( ) 6-10	( ) 11-15 ( ) 16-20	( ) 21-25 ( ) 26-30 ( ) +30
9. Tempo de serviço na Biblioteca de CFJJ (anos).	( ) 0-5 ( ) 6-10	( ) 11-15 ( ) 16-20	( ) 21-25 ( ) 26-30 ( ) +30
10. Forma de ingresso na Biblioteca de CFJJ.	( ) Concurso ( ) Transferência ( ) Mobilidade ( ) Outra. Qual? _____		
11. Qual é o serviço que mais presta aos usuários?	( ) Auxílio no uso do acervo ( ) Orientação na pesquisa ( ) Localização da informação ( ) Fornecimento de informações ( ) Outro. Qual? _____		
12. Quais são as dificuldades apresentadas pelos usuários?	( ) No uso da base de dados ( ) No uso das redes sociais ( ) Na localização do material		

	( ) Outras. Quais? _____
13. Considera que os serviços prestados pela na Biblioteca de CFJJ satisfazem as necessidades dos usuários?	( ) Sim ( ) Não. Justifique. _____
14. O que tem feito para auxiliar os usuários com maiores dificuldades no uso dos serviços da na Biblioteca de CFJJ?	( ) Treinamento ( ) Visitas orientadas ( ) Palestras ( ) Outros. Qual? _____
15. Indique os canais de comunicação que estão disponíveis para os usuários na Biblioteca de CFJJ? (marque todas as respostas que se aplicarem)	( ) Telefone ( ) E-mail ( ) WhatsApp ( ) Facebook ( ) Instagram ( ) Twitter ( ) Chat ( ) Outro(s). Qual(is)? _____
16. Os instrumentos de trabalho existentes favorecem o acesso, avaliação e divulgação da informação?	( ) Concordo totalmente ( ) Concordo ( ) Indiferente ( ) Discordo ( ) Discordo totalmente
17. Indique as dificuldades que enfrenta para actuar na Biblioteca de CFJJ. (Pode marcar mais de uma opção).	( ) Materiais consumíveis (papel, caneta, etc.) ( ) Recursos tecnológicos (computadores, Internet, etc.) ( ) Cursos regulares de capacitação e treinamento ( ) Reduzido nº de funcionários em relação a carga de trabalho ( ) Desconhecimento das fontes de informação ( ) Terminologias das áreas do saber ( ) Nenhuma

Em sua opinião, quais as principais barreiras para o uso dos serviços oferecidos pela Biblioteca de CFJJ aos usuários?

Quais são os serviços de informação que gostaria que a Biblioteca de CFJJ melhorasse ou incorporasse?



# BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## 2.º SUPLEMENTO

### SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

**Decreto n.º 34/97:**

Cria o Centro de Formação Jurídica e Judiciária

**Decreto n.º 35/97:**

Altera o artigo 2 do Decreto n.º 40/93, de 31 de Dezembro.

**Decreto n.º 36/97:**

Aprova o sistema de taxas aeronáuticas.

### CONSELHO DE MINISTROS

**Decreto n.º 34/97**

de 21 de Outubro

A consolidação do Estado de Direito Democrático pressupõe um sistema judiciário forte, bem como de serviços de justiça dotados de quadros competentes.

E porque a correcta aplicação da Lei e administração da justiça e o evoluir do mundo dos negócios jurídicos e a defesa dos interesses dos cidadãos e das pessoas colectivas exigem, uma cada vez maior especialização de conhecimentos, a formação profissionalizante constitui pedra angular na estratégia de formação de quadros para a área do direito notarial e do judiciário.

Para a concretização destes objectivos importa que as acções formativas sejam levadas a cabo de forma institucionalizada, o que só se torna possível através da criação de um centro vocacionado a esse fim.

Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 153 da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

#### ARTIGO 1 (Denominação)

É criado o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, abreviadamente designado por Centro.

#### ARTIGO 2

##### (Natureza)

O Centro é uma instituição com personalidade jurídica, autonomia administrativa, subordinando-se ao Ministério da Justiça.

#### ARTIGO 3

##### (Objectivo)

1. O Centro tem essencialmente por objectivo a formação, a capacitação e a qualificação profissional nomeadamente, de magistrados judiciais e do ministério público, conservadores, notários, assistentes jurídicos e outros quadros do sector judiciário.

2. Na prossecução dos objectivos de formação, cabe ao Centro realizar, entre outros, cursos de ingresso nas diversas carreiras profissionais, cursos de formação contínua, cursos de capacitação específica, reciclagens, seminários e palestras.

3. O Centro tem igualmente por objectivo a investigação e realização de estudos na área do direito, a organização de documentação e informação jurídica, bem como a participação na educação legal do cidadão.

#### ARTIGO 4

##### (Ingresso)

É requisito mínimo de ingresso, nos cursos de formação de dois anos, a 10.ª classe do Sistema Nacional de Educação ou equivalente.

#### ARTIGO 5

##### (Estatuto Orgânico)

A organização e estrutura interna do Centro de Formação e Investigação Jurídica e Judiciária constam do Estatuto Orgânico, em anexo, que é parte integrante do presente decreto.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Pascoal Manuel Mocumbi*.



# BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

## AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde consta, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: Para publicação no «Boletim da República».

## SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Decreto n.º 55/2021:

Estabelece a natureza, atribuições, competências e mecanismos de funcionamento do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, abreviadamente designado por CFJJ e revoga, com excepção do artigo 1 todos os artigos do Decreto n.º 34/97, de 21 de Outubro.

## CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 55/2021

de 30 de Julho

Havendo necessidade de se redefinir a natureza, atribuições e funcionamento do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, abreviadamente designado por CFJJ, com vista a responder com eficácia e eficiência aos desafios impostos na área de formação, capacitação e qualificação profissional dos operadores judiciais e outros profissionais do Sector de Administração da Justiça, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 17 da Lei n.º 6/2016, de 16 de Junho, conjugado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 203 da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

##### ARTIGO 1

##### (Objecto)

O presente Decreto estabelece a natureza, atribuições, competências e mecanismos de funcionamento do CFJJ.

##### ARTIGO 2

##### (Natureza)

1. O CFJJ é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, que goza de autonomia científica, pedagógica, disciplinar, administrativa e patrimonial.

2. O CFJJ tem como objecto a formação profissional, que abrange a formação inicial, respectivos processos e procedimentos de admissão no âmbito do recrutamento e selecção dos candidatos aos cursos para o ingresso nas diversas carreiras do Sector de Administração da Justiça, bem como a formação contínua, nos termos a regulamentar.

##### ARTIGO 3

##### (Sede e âmbito)

O CFJJ tem a sua sede na Matola, província de Maputo, podendo, a nível local, criar delegações provinciais, mediante autorização do Ministro que superintende a área da justiça, ouvido o Ministro que superintende a área das finanças e o representante do Estado na respectiva Província.

##### ARTIGO 4

##### (Regime Jurídico)

O CFJJ rege-se pelo disposto no presente Decreto, pelas normas constantes do Estatuto Orgânico, Regulamento Interno, normas aplicáveis às instituições de educação profissional, demais legislação em vigor no país, princípios, valores e normas de Direito internacional validamente aprovados e ratificados enquanto vincularem o Estado moçambicano e sempre que tal não contrarie o Direito interno.

##### ARTIGO 5

##### (Atribuições)

São atribuições do CFJJ as seguintes:

- a) organização de processos e procedimentos de admissão para o recrutamento e selecção dos candidatos aos cursos de formação inicial para ingresso nas carreiras do Sector de Administração da Justiça;
- b) garantia da realização de cursos de ingresso nas carreiras das magistraturas de outras do Sector de Administração da Justiça;
- c) desenvolvimento, em colaboração com as instituições do Sector de Administração da Justiça e associações profissionais, de um sistema integral e contínuo de formação e capacitação nas respectivas áreas;
- d) promoção e disseminação de uma cultura jurídica e democrática no seio dos formandos;
- e) realização, através de protocolos, de acções de formação destinadas aos advogados e candidatos à advocacia;
- f) realização, através de protocolos, de acções de formação inicial e contínuas destinadas aos agentes de investigação criminal;
- g) realização, através de protocolos, de acções de formação destinadas aos membros dos tribunais comunitários, autoridades comunitárias ou de associações cívicas que tenham por objecto a resolução extrajudicial de litígios ou a defesa e promoção dos direitos humanos ou outros interessados;



**CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA**

**Exmo. (a) Senhor (a)**

**Malaica José Bule**

Despacho Nr. **08** CFJJ/GD/**054** 2022

**Assunto:** Comunicação de Despacho

Para os devidos efeitos julgados convenientes, tenho a honra de transcrever à V.Excia, o despacho de 08 de Novembro do ano em curso, da Exma. Senhora Directora do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, recaído sobre o seu pedido de autorização para a realização do inquérito, o papel da Biblioteca na Disseminação de informação Jurídica, cujo teor se segue:

**"Autorizo."**

Matola, 09 de Novembro de 2022

Ass) **Elisa Samuel Boerekamp**

**Directora do CFJJ**

Respeitosos Cumprimentos.

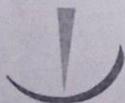
**A Secretária de Direcção**

Elda Mussanhane

**Elda Mussanhane**

**/Assistente Técnica/**

Recebi  
Malaica



*Por uma Formação Jurídica e Judiciária de Qualidade*